

Bancada do PROS decide rejeitar proposta de criação do “distritão”



Divulgação/Câmara dos Deputados

A Bancada já havia se posicionado contrariamente à proposta de criação de um fundo público para financiamento de campanhas eleitorais

Reunida na Liderança do Partido Republicano da Ordem Social na Câmara dos Deputados, a Bancada **decidiu na quarta-feira (16) rejeitar a proposta que fixa o voto majoritário para deputados federais e estaduais, em 2018, e vereadores, em 2020 – o chamado “distritão”.**

O modelo do distritão, segundo os par-

lamentares, diminui a renovação do quadro político, aumenta o custo de campanhas, elimina a possibilidade de representação de minorias e, sem maiores debates, modifica completamente o atual sistema eleitoral do País.

Na terça-feira (15), a Bancada já havia se posicionado contrariamente à proposta de

criação de um fundo público para financiamento de campanhas eleitorais, o chamado Fundo Especial para Financiamento da Democracia, proposta que também tramita no texto aprovado pela comissão especial da Câmara que analisou mudanças constitucionais no sistema eleitoral brasileiro (PEC 77/03). **p.3**

Bancada do PROS se posiciona contrariamente à criação de fundo para financiamento de campanhas

PEC 77/03 cria o fundo especial para financiar campanhas eleitorais. O valor corresponde a cerca de R\$ 3,6 bi

Em reunião na terça-feira (15) na Liderança do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) na Câmara dos Deputados, a Bancada decidiu não apoiar à proposta de criação do chamado Fundo Especial para Financiamento da Democracia.

A previsão de criação do fundo está na Proposta de Emenda à Constituição 77/03, que estabelece financiamento público de campanha equivalente a cerca de R\$ 3,6 bilhões, **correspondente a 0,5% da Receita Corrente Líquida da União**, nos 12 meses encerrados em junho último. **p.4**



Divulgação/Pros

Câmara aprova projeto de Felipe Bornier que cria o Banco de Prótese Mamária

O projeto segue para análise do Senado, caso não haja recurso em contrário, já que tramita conclusivamente

Google Imagens



A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1285/11, do deputado Felipe Bornier (Prosrj), que cria o Banco de Prótese Mamária no país. De acordo com a proposta, as próteses mamárias serão adquiridas por meios de doações de empresas, entidades e pessoas físicas, além de recursos do Orçamento Geral da União.

Pela proposta, os valores captados serão depositados em uma conta do Banco do Brasil vinculada ao Fundo Municipal de Saúde.

Felipe Bornier explica que os recursos arrecadados poderão ser utilizados para pagamento de cirurgias da reconstrução da

mama em mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde que fizerem mastectomia para retirada parcial ou total da mama.

“Se detectado ainda no início, o índice de sucesso no tratamento do câncer de mama supera 96%. No entanto, as mutilações físicas provocadas pelas intervenções cirúrgicas deixam sequelas em grande quantidade das mulheres e poucas delas têm acesso a próteses mamárias”, explicou o autor.

Tramitação

O projeto segue para análise do Senado, caso não haja recurso em contrário, já que tramita conclusivamente, ou seja, não precisa passar pelo Plenário.

Divulgação/Prosrj



expediente

Anexo II - Piso Superior - Ala B - Sala 179
 Telefone: (61) 3215-9996
 Email: comunicacao.lidpros@camara.leg.br
 Líder: Eros Biondini (MG)
 Chefe de Gabinete: Jairo Ribeiro
 Coordenador de Comunicação: Thyago Marcel
 Fotógrafo: André Abrahão
 Diagramador: Jefferson Santos

prosnacamara.org.br

 facebook.com/prosnacamara

 twitter.com/LiderancaPROS

 flickr.com/prosnacamara



Leia nosso informativo no seu celular

Para acessar o informativo da Liderança do PROS no seu smartphone, instale um leitor de QR Code e fotografe a imagem ao lado.

Bancada do PROS na Câmara rejeita “distritão” como novo sistema eleitoral

A Bancada manteve posicionamento de que é preciso avançar na reforma política

O sistema atual é chamado de proporcional – para ser eleito, o candidato conta com os seus votos e com aqueles dados ao partido ou à coligação. Atualmente, os candidatos devem obter, individualmente, um total de votos de pelo menos 10% do quociente eleitoral, que é calculado dividindo-se o número de votos válidos da eleição (sem brancos e nulos) pelo número de cadeiras disponíveis na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa ou na Câmara Municipal.

A Bancada manteve posicionamento de que é preciso avançar na reforma política, especialmente quanto aos principais pontos da PEC. Como sugestão legislativa, defendem que o sistema proporcional continue vigorando para as eleições de 2018, com aumento de 10% para 20% do mínimo exigindo para que o candidato seja efetivamente eleito.

“Apontamos não para uma solução, mas para uma proposta que equacione de certa forma a necessidade da reforma política e o fortalecimento da nossa

democracia. Com o percentual mínimo exigindo para 20%, eliminaríamos a possibilidade tão nociva de elegermos deputados sem o mínimo de representatividade”, explicou Eros Biondini (MG), líder do partido.

Para Felipe Bornier (Pros-RJ), a ideia do distritão traz problemas para a democracia. “Não teremos renovação política. Os pequenos candidatos não terão vez em um sistema majoritário. Além do mais, teríamos também um custo mais elevado para financiar campanhas nesse sistema, onde o individualismo prevalecerá em um sistema de todos contra todos”, disse.

O deputado Toninho Wandscheer (Pros-PR) concorda que a ideia em adotar o distritão nas próximas eleições dificulta a entrada de novos entes na política, como as pequenas representações do eleitorado.

“Pequenos candidatos deixarão de concorrer pelas dificuldades impostas por esse sistema em que prevalece a campanha individual, sem participação dos partidos e sem possibilidade

de representação de minorias, já que a proporcionalidade sempre abriu espaço para novas cabeças no parlamento, mesmo com todos os seus defeitos”, afirmou Wandscheer.

Wandscheer também fez coro em defesa do aumento do percentual mínimo atual. “Com a proposta de 20% para que candidatos possam ser eleitos, aumentaríamos a exigência de representatividade, sem, no entanto, eliminarmos as chances de quem realmente foi votado para exercer o cargo”, ressaltou.

Segundo dados do IDEA (Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral, em tradução livre), o distritão é adotado em apenas quatro países no mundo: Afeganistão, Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Vanuatu.

Aprovação

Para ser aprovada, a PEC precisará de pelo menos 308 votos de deputados e 49 de senadores (3/5 de cada Casa) em dois turnos de votação. Os parlamentares têm até 7 de outubro para aprovar mudanças a fim de que novas regras eleitorais entrem em vigor já em 2018.

Divulgação/Câmara dos Deputados



Bancada do PROS mantém posicionamento contrário à criação do fundo eleitoral

Líder do PROS, deputado Eros Biondini (MG), disse que o momento requer ainda mais responsabilidade no uso do dinheiro público

Divulgação/Pros



O Líder do PROS, deputado Eros Biondini (MG), disse que a decisão de votar contra a criação do Fundo Especial para

Financiamento da Democracia, prevista na Proposta de Emenda à Constituição 77/03, reflete a independência dos parlamentares da Bancada.

“Após diversas reuniões e debates, consensualmente, a nossa bancada decidiu rejeitar a proposta de criação desse fundo. O momento pelo qual passa o País é de profunda crise econômica e, portanto, **requer ainda mais responsabilidade quando o assunto é o uso do dinheiro público**. E mais uma vez, o PROS toma essa decisão respeitando a inde-

pendência do mandato de cada um dos nossos parlamentares”, ressaltou.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, vê dificuldades na aprovação da matéria, especialmente pelo posicionamento de Bancadas e parlamentares contrários à proposta. Maia reconheceu que, se os deputados não chegarem a um entendimento até esta terça-feira (29), dificilmente serão votados o novo fundo público para financiamento de campanhas e as mudanças no sistema eleitoral.

Toninho Wandscheer reforça posicionamento da Bancada do PROS e diz que votará contra fundo eleitoral

A proposta está na pauta de votações da Câmara dos Deputados

A proposta de reforma política (PEC 77/03) provavelmente será o destaque da pauta do Plenário da Câmara dessa semana. A Bancada do PROS antecipou posicionamento contrário às duas principais propostas que tramitam na PEC: a mudança do sistema eleitoral para o chamado “distritão” e a criação do fundo eleitoral com dinheiro público.

Para a criação do chamado Fundo Especial para Financiamento da Democracia, a PEC estabelece como proposta o financiamento público de campanha equivalente a cerca de R\$ 3,6 bilhões, correspondente a 0,5% da Receita Corrente Líquida da União, nos 12 meses encerrados em junho último.

O deputado Toninho Wandscheer (Pros-PR) reafirmou que a criação do fundo é desnecessária, especialmente pela previsão legal existente do fundo partidário.

“Não é necessária essa despesa. Já é suficiente o fundo partidário que os partidos recebem. Deveriam aplicar esse dinheiro no que realmente nosso país precisa: saúde e educação”, afirmou Wandscheer.



Divulgação/Pros

Tramitação

Os deputados já encerraram a discussão do texto da PEC 77/03. Agora, a proposta segue para votação em dois turnos na Câmara (308 deputados) e no Senado (49 senadores).



 camara.leg.br

Conheça a PEC
77/03

Eros Biondini comemora aprovação pela Câmara do programa de ajuda financeira a Santas Casas

O Pró-Santas Casas cria programa de financiamento às instituições filantrópicas e sem fins lucrativos

O deputado Eros Biondini (MG), líder do Pros, fez diversos pronunciamentos no Plenário da Câmara em defesa do Projeto de Lei 7606/17, do Senado, que cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pró-Santas Casas).

Biondini também participou da articulação com outros líderes e demais parlamentares para a aprovação da urgência para a matéria. Nesta semana, o parlamentar agradeceu o apoio de seus pares, como também a todas as instituições que o acompanharam durante a tramitação da proposta e, por fim, a sua aprovação, ocorrida na terça-feira (15) no Plenário da Casa. **A matéria segue agora para sanção presidencial.**



Divulgação/Pros

Reforma da Previdência

Eros Biondini disse manter seu posicionamento contrário à inclusão de entidades beneficentes de assistência social, de educação e saúde na atual Reforma da Previdência (PEC 287/17). Desde o início de sua participação na comissão especial que analisou a matéria, o deputado vem reunindo entidades contrárias à proposta em atos no Congresso Nacional.

“Como podemos admitir que um traba-

lho filantrópico como esse possa ser incluído nesta Reforma? A filantropia vai aonde o governo não chega, vai aos mais distantes rincões para tratar pessoas com hanseníase, para acolher aqueles mais desfavorecidos. Portanto, falo em nome da Bancada Católica, que se une à Bancada Evangélica e a Bancada em Defesa da Vida e demais frentes parlamentares que se unem contra a inclusão das entidades filantrópicas na Reforma da Previdência”, afirmou Eros Biondini.

Divulgação/Pros



Eros Biondini cobra controle das fronteiras em audiência que recebeu o juiz Odilon de Oliveira

O juiz federal do Mato Grosso do Sul é conhecido nacionalmente pelo trabalho no combate às drogas

Na quarta-feira (23), o líder do PROS na Câmara, deputado Eros Biondini (MG), cobrou do governo federal controle das fronteiras como umas das principais ações para viabilizar políticas públicas contra as drogas.

“O que temos que guardar aqui, além de todos os outros dados relevantes expostos pelo juiz Odilon de Oliveira, é sobre a grande fragilidade e vulnerabilidade das nossas fronteiras. **O Brasil possui cerca de 17 mil km de fronteiras com os maiores produtores de drogas do mundo.** Nós fomos por muitos anos apenas um país de travessia de drogas, mas hoje nos tornamos grandes consumidores dessas substâncias, que antes tinham como rota principal os Estados Unidos e a Europa”, disse

Biondini.

O debate aconteceu na Comissão Externa do Consumo de Drogas entre os Jovens no Brasil, da qual o deputado Eros Biondini é relator.

“Estivemos na Cracolândia em São Paulo, logo em seguida a operação da prefeitura naquele local. E juntos, com a presidente da comissão, deputada Eliziane Gama, estamos acompanhando em tempo real os acontecimentos do Brasil ao mesmo tempo em que resgatamos as políticas públicas contra as drogas e as discutimos aqui nesta comissão”, ressaltou Biondini.

Controle das Fronteiras

“Desta audiência pública, o que devermos marcar como número um é qual o encaminhamento e desdobramento vamos

dar com relação à responsabilidade do governo federal em fiscalizar efetivamente as nossas fronteiras. Se nós não chegarmos ao presidente da República, conseguirmos apoio da Polícia Federal, bem como investimentos, tudo o que vem depois poderá ser inócuo, ou seja, sem efetividade”, explicou Biondini.

Requerimentos

Durante a reunião, foi aprovado o Requerimento 13/17, do deputado Eros Biondini, que convida para audiência pública a Subsecretária de Políticas Sobre Drogas do Estado de Minas Gerais, Patrícia Magalhães, e o presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas, Egon Schlüter. A comissão ainda definirá data oportuna para o evento.

Na CCJ, Ronaldo Fonseca defende projeto que prevê punições para resistência e desobediência a policiais

A CCJ aprovou a proposta que prevê penas mais severas nestes casos

O deputado federal Ronaldo Fonseca (Pros-DF) participou na quarta-feira (23) de reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em que defendeu o Projeto de Lei 8125/14.

A proposta agrava a pena dos crimes de resistência a ação de profissional de segurança pública e de desobediência à ordem desses profissionais, incluindo agentes da polícia federal; polícia rodoviária e ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares.

O deputado questionou o pedido para retirada de pauta de votações do projeto. "Na crise que estamos enfrentando hoje no Brasil é lamentável saber que os criminosos, os delinquentes e o resistente à segurança enfrentem os agentes públicos como se não acontecesse nada", disse Fonseca.

Ronaldo Fonseca fez questão de pedir apoio aos demais pares contra a retirada de pauta do projeto. "Não é possível que nós dessa Casa não vamos fazer algo para fechar a porta da violência no Brasil. Não estamos criando um novo tipo penal, mas qualificadoras ao tipo existente. É resistência e, claro, se houver abuso da política temos os órgãos correccionais", argumentou.

Tramitação

Após a fala de Fonseca e demais deputa-



Divulgação/Pros

dos que se opuseram à retirada de pauta, o projeto foi aprovado pela CCJ e seguirá agora para análise do Plenário da Câmara.

Entenda o projeto

Pela proposta, a resistência a ação de profissional de segurança pública passará a ter pena de reclusão de um a três anos e multa. Hoje o código já prevê o crime de resistência à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para

executá-lo, com pena prevista de detenção de dois meses a dois anos e multa.

Já a desobediência à ordem de profissional de segurança pública será punida com detenção de um a dois anos e multa, caso a proposta seja aprovada. Hoje o código já prevê o crime de desobedecer a ordem legal de funcionário público, com pena prevista de detenção de 15 dias a seis meses, mais multa.

CCJ aprova relatório de Ronaldo Fonseca que obriga telefônicas a informar uso de franquia

O relatório do deputado Ronaldo Fonseca foi pela constitucionalidade da matéria



Divulgação/Pros

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou nesta quarta-feira (16) proposta que obriga as prestadoras

de serviço de telefonia a informarem, em local de destaque, na conta telefônica, dados sobre a efetiva utilização da franquia de minutos contratada.

Pela proposta, a conta deverá trazer tabela em que conste a franquia em minutos contratada pelo assinante, bem como os minutos não utilizados ao longo do mês. As informações devem aparecer em letra maiúscula e em tamanho não inferior à maior utilizada na conta telefônica.

Parecer do relator, deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do

Projeto de Lei 2722/07. O texto analisado é o substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

O texto original do projeto, de autoria da Comissão de Legislação Participativa, foi resultado de sugestão apresentada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima (pequeno distrito do município mineiro de Governador Valadares).

Tramitação

Com a aprovação do parecer de Fonseca, o PL segue agora para análise do Senado.